



Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta quinta-feira

15/01/2015

Os julgamentos na Delegacia da Receita Federal do Rio de Janeiro devem continuar fechados, ao menos por enquanto. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região suspendeu os efeitos de uma sentença que havia determinado a abertura das sessões. A decisão permitia que contribuintes e advogados acompanhassem a análise de recursos contra autuações fiscais. O desembargador federal Luiz Antônio Soares concedeu a medida, em nome do princípio da segurança jurídica. O magistrado também ressaltou que a discussão será melhor analisada pela 4ª Turma Especializada no TRF. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Nova República

Há 30 anos, Tancredo Neves era eleito presidente do Brasil, encerrando assim o ciclo dos militares no poder. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo foi eleito indiretamente no Congresso como o primeiro presidente civil após 21 anos de Ditadura Militar. As informações são do portal **G1**.

Audiências marcadas

Ao marcar as primeiras audiências de julgamento dos envolvidos na operação "lava jato" para fevereiro, o juiz federal Sergio Moro, que vai julgar os casos de corrupção na Petrobras, sinaliza que vai acelerar o processo e aplicar sentenças pesadas. Inclusive aos executivos apontados como corruptores e que concordaram em fazer a delação premiada. É uma incógnita como Moro julgará os réus que resolveram colaborar com a Justiça. O temor é que ele isente as empresas e condene à prisão mesmo aqueles que fizeram acordo. As informações são da colunista Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**.

Prisões preventivas

As prisões preventivas dos empresários detidos na operação "lava jato" completaram dois meses nesta terça-feira (13/1) sob forte crítica dos advogados de defesa, que alegam "abuso" e "ilegalidade" nas decisões do juiz Sergio Moro. Advogados que não atuam no caso ouvidos pelo jornal **Folha de S.Paulo**, porém, não veem exagero aparente na extensão das prisões, mas ponderam que é necessário conhecer os detalhes do processo para avaliar se houve ou não excessos.

Investigação na Suíça

Uma equipe formada pelo chefe de gabinete da Procuradoria Geral da República e por procuradores que atuam na força-tarefa da operação "lava jato" no Paraná embarcará no próximo domingo (18/1) para analisar provas produzidas por autoridades suíças. Peritos do Ministério Público Federal também devem integrar a missão. Todos devem ficar na Suíça pelo menos uma semana. Essa é a segunda vez que o MPF vai à Suíça para tentar avançar nas investigações. As informações são do jornal **O Globo**.

Sergio Mendes

O empresário Sérgio Mendes, vice-presidente da empreiteira Mendes Júnior, foi internado com forte dores abdominais no Hospital Santa Cruz, em Curitiba, nesta quarta-feira (14/1). Mendes é um dos 11 executivos presos em novembro durante a sétima fase da operação "lava jato". Ele está preso na superintendência da Polícia Federal, na capital paranaense, desde então. As informações são do jornal **O Globo**.

Bloqueio de bens

Apesar de ter sido determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o bloqueio de bens de diretores e ex-diretores da Petrobras, um ato do atual presidente do TCU, ministro Aroldo Cedraz, vem livrando dez gestores e ex-gestores da medida. Cedraz pediu vista no julgamento que analisava o bloqueio de bens de Graça Foster, presidente da Petrobras, interrompeu o julgamento dos demais recursos, o que na prática impede o bloqueio do patrimônio. As informações são do

jornal **O Globo**.

Delação premiada

Apontado como operador do PMDB no esquema da Petrobras, Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, procurou o advogado criminalista Nélio Machado para fazer a sua defesa no processo da "lava jato". O movimento é um sinal de que Baiano não está disposto a fazer a delação premiada para diminuir sua pena. O advogado deixou a defesa de Paulo Roberto Costa por ser contra a estratégia. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Proteção jurídica

A Petrobras convocou na sexta-feira (9/1) gerentes e ex-gerentes da companhia acusados em sindicâncias internas de cometer irregularidades em obras da estatal a fim de anunciar que ainda poderá fazer "erratas" nesses relatórios, caso sejam detectadas "imprecisões" nas investigações. O comando da Petrobras aproveitou para lembrar aos gerentes que, segundo o estatuto interno da empresa, vai pagar os advogados de todos os citados em processos judiciais e administrativos. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Pedaladas fiscais

Os atrasos nos repasses de recursos do Tesouro Nacional para que a Caixa Econômica Federal efetuasse os pagamentos de benefícios do programa Bolsa Família entre 2013 e 2014 configuraram operações de crédito e, portanto, feriram a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). É o que afirma o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que investigou as chamadas "pedaladas fiscais", como ficaram conhecidas as operações pelas quais a equipe econômica do governo postergou desembolsos para melhorar artificialmente o resultado primário das contas públicas. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Pena de morte

O governo da Indonésia informou nesta quarta (14/1) que executará o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, 53, no sábado (17/1). O brasileiro foi condenado em 2004, após tentar, um ano antes, entrar no país com 13,4 kg de cocaína escondidos em tubos de uma asa-delta. Se levada a cabo, será a primeira vez que um brasileiro será executado no exterior. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Agilidade nas cobranças

O Estado de São Paulo tem conseguido mais agilidade na cobrança judicial de tributos. A chamada execução fiscal, que chegava a demorar entre oito e nove anos, hoje pode ser encerrada em até três anos, segundo a Procuradoria Geral do Estado. A redução de tempo é motivada, principalmente, pela implantação da chamada execução fiscal eletrônica, em 2012, por um projeto-piloto no Estado. Atualmente, o sistema está presente em toda grande São Paulo e algumas cidades do interior. São mais de 220 mil execuções fiscais tributárias eletrônicas estaduais, que cobram dívidas de ICMS e IPVA, por exemplo. As informações são do jornal **Valor Econômico**.

Canabidiol liberado

A retirada do canabidiol da lista de substâncias proibidas no Brasil poderá levar a uma enxurrada de ações judiciais de pacientes, exigindo que convênios médicos e o Sistema Único de Saúde (SUS) paguem pela importação do produto. Essa é a análise de advogados especializados em direito à saúde. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Pedido de cassação

A Procuradoria Eleitoral do Rio de Janeiro pediu a cassação de oito deputados fluminenses eleitos que respondem a representações por captação e gastos ilícitos de recursos nas eleições do ano passado. Todos eram clientes da gráfica High Level, que imprimia materiais de propaganda e declarava na nota fiscal tiragens que atendessem ao interesse do candidato, segundo a Justiça Eleitoral. As informações são do jornal **O Globo**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-jan-15/noticias-justica-direito-jornais-quinta-feira-91-2/>